

OEA E DEMOCRACIA:

Os limites da arquitetura institucional para proteção da democracia frente à crise na Venezuela

Flávio Timar Rodrigues¹

Resumo

A Organização dos Estados Americanos (OEA) tem como parte de suas funções fundamentais a manutenção e proteção da democracia nos Estados americanos. Neste artigo, apresenta-se o entendimento de “democracia representativa” que orienta a atuação da OEA, bem como a arquitetura institucional da organização voltada para a proteção da democracia no continente. O questionamento que guia este estudo é: como o entendimento de “democracia” e a arquitetura institucional para a sua proteção têm sido aplicados pela OEA na gestão da crise venezuelana? O método utilizado para responder à pergunta é um Estudo de Caso da recente crise política na Venezuela, a fim de se observar como ocorrem as práticas exercidas pela organização no país. A partir desse estudo, foi possível identificar limitações importantes na atuação da OEA, sinalizando a existência de controvérsias em relação à aplicação do conceito de democracia representativa pela organização na Venezuela.

Palavras-chave: OEA – Democracia – América Latina – Organizações Internacionais – Venezuela

Abstract

The Organization of American States (OAS) has as part of its fundamental functions the maintenance and protection of democracy in American states. This article presents the understanding of “representative democracy” that guides OAS activities, as well as the institutional architecture of the organization aimed at protecting democracy on the continent. The question that guides this study is: how has the understanding of “democracy” and the institutional architecture for its protection been applied by the OAS in the management of the Venezuelan crisis? The method used to answer the question is a Case Study of the recent political crisis in Venezuela, in order to observe how the practices carried out by the

¹ Graduando em Relações Internacionais pela PUC-Minas.

organization in the country occur. From this study, it was possible to identify important limitations in the work of the OAS, pointing to the existence of controversies regarding the application of the concept of representative democracy by the organization in Venezuela.

Key-words: OAS – Democracy – Latin America – International Organizations – Venezuela.

Introdução

O uso do termo “democracia” é frequentemente acompanhado de controvérsias e debates, possuindo distintos significados e repercussões em termos de política internacional. Tendo em conta esse fator, o presente artigo propõe olhar para os elementos que constituem o entendimento e prática do conceito de democracia no continente americano. Mais especificamente, o artigo aborda o entendimento de democracia adotado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), e a arquitetura institucional mobilizada por esta organização para a manutenção e proteção da democracia em seus Estados-membros. Para tanto, o método utilizado será um Estudo de Caso² da atuação da OEA frente à recente crise democrática na Venezuela. Através desse Estudo de Caso, pretende-se avançar a hipótese preliminar de que há uma incongruência entre a teoria e a prática da democracia no âmbito da OEA, devendo-se principalmente à incapacidade – neste caso em específico – de a organização fazer cumprir os princípios democráticos advogados por ela.

A escolha da Venezuela deve-se ao fato de o país ter sido recorrentemente alvo de controvérsias relativas à aplicação da democracia – conforme definida pela arquitetura institucional da OEA – em sua história recente. Para a realização do Estudo de Caso, mobiliza-se uma metodologia essencialmente qualitativa, baseada na revisão bibliográfica de fontes primárias e secundárias (documentos oficiais da organização, relatórios de ONGs e trabalhos acadêmicos) sobre o tema. Sob essas bases, se tecerá uma análise da atuação da OEA desde meados de 1992 – data de início das primeiras missões da organização em solo venezuelano

² Segundo Maffezzolli e Boehs (2008, p. 98), o Estudo de Caso é entendido como a “exploração de um sistema limitado ou um caso (ou múltiplos casos) que envolve coleta de dados em profundidade e múltiplas fontes de informação” sobre um contexto específico. A escolha do caso venezuelano deve-se ao fato de ser, como se apresenta no artigo, um dos mais proeminentes casos de crise democrática nas Américas. Também por trazer à tona uma série de questões importantes relativas à atuação da OEA para a proteção da democracia no continente, como se expõe na terceira seção do artigo.

– até o ano de 2019, se limitando às atividades e ações consideradas mais importantes para a análise em tela.

A discussão que se segue será apresentada ao longo de três seções. Na primeira seção, apresenta-se um debate sobre o conceito de democracia, estipulando-se como marco teórico o institucionalismo liberal nas Relações Internacionais, principalmente a partir das contribuições de Robert Keohane (1989; 1995). Na segunda seção, introduz-se uma análise do conceito de democracia incorporado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e uma apresentação da arquitetura institucional da organização para a manutenção e proteção da democracia. Por fim, apresenta-se uma análise da atuação da OEA frente aos recentes eventos políticos na Venezuela, aqui considerado um caso emblemático para se analisar os desafios da OEA no que tange às problemáticas da democracia no continente.

1. A democracia representativa e as Relações Internacionais

Antes de avançar em uma discussão mais aprofundada sobre a democracia e sua aplicação pela OEA, é preciso abordar alguns elementos introdutórios sobre o termo. Para os fins desse artigo, entende-se a democracia em termos de democracia representativa³, por ser o modelo de regime político instituído na maioria dos Estados Nacionais modernos após a queda do Absolutismo. A característica fundamental desse regime é a escolha, por voto popular, de representantes legítimos responsáveis por governar o território e população de um determinado Estado nacional e regiões pertencentes a esse Estado (WEFFORT, 1995). Sendo assim, a democracia representativa é um tipo de regime político no qual a população não participa diretamente da tomada de decisão sobre os temas de seu interesse, mas escolhe os seus representantes legítimos para tomar tais decisões. Além dos direitos políticos ao voto e à representação, a democracia representativa contempla também os direitos civis, tais como as liberdades de expressão e a religiosa, constituindo assim os pilares do Estado democrático de direito (BOBBIO, 1987).

A democracia representativa se consolidou como regime político nos Estados modernos a partir de importantes marcos teóricos e históricos. No âmbito teórico, destacam-se as contribuições da filosofia política do Iluminismo, voltada para a superação do Estado Absolutista e construção de modelos de governo

³ A democracia representativa é um dentre vários modelos de democracia que podem constituir o regime político de um Estado. Para outros entendimentos de democracia – poliarquia, democracia participativa, democracia direta etc. – ver Dahl (1996) e Sartori (1987).

pautados por direitos políticos e civis (BOBBIO, 1987). Tais ideias influenciaram eventos históricos fundamentais para a consolidação do modelo de Estado democrático de direito no ocidente, como a Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789) (HOBBSAWN, 2012). Se entre fins do século XVIII e inícios do século XIX a democracia representativa se consolidava nos Estados Nacionais do ocidente, é apenas no início do século XX que ela passa a pautar a agenda de Organizações Internacionais (OIs). Ainda assim, é importante notar que proposições de uma democracia efetivada no cenário internacional já estavam presentes nas contribuições de teóricos do Iluminismo, como no notório caso da “Paz Perpétua” proposta por Immanuel Kant e trazida para as Relações Internacionais por meio da “Teoria da Paz Democrática” de Michael Doyle (2000) (CAVALLAR, 2001).

Em suma, a ideia de Paz Perpétua proposta por Kant afirma que regimes liberais republicanos hesitam em entrar em conflito armado entre si, posto que fatores como afinidades políticas e interdependência econômica os impedem de desenvolver divergências significativas (DOYLE, 2000). Essa formulação teórica se apresenta relevante neste artigo na medida em que foi transposta para práticas e reflexões na política internacional (ibidem). Assim, há a consolidação do imaginário liberal de que a construção de um mundo pacífico passa pela internacionalização da democracia representativa como modelo universal de regime político. Isso pode ser evidenciado por meio da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), em que termos como “paz” e “segurança” são atrelados à ideia de democracia. Logo, essa equiparação entre os conceitos dentro da Carta recorre às preposições iniciais da perspectiva kantiana de Paz Perpétua (CAVALLAR, 2001).

Um ponto emblemático para a consolidação desse imaginário na política internacional foi o contexto pós-Segunda Guerra Mundial⁴. Nesse contexto, ainda abalada pelas experiências totalitárias que levaram à Guerra, a comunidade internacional buscou agregar elementos conciliadores às relações entre países. Como parte desses esforços, a democracia é cristalizada como ponto convergente para a construção de uma nova ordem internacional. Entre as décadas de 1940 e 1960, essas propostas foram materializadas com o surgimento de instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, a União Europeia (inicialmente como Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), em 1951, e a

⁴ Contudo, é importante reconhecer que o contexto pós-Primeira Guerra, com a criação da Liga das Nações e os Pontos de Paz de Woodrow Wilson, também foi paradigmático nesse sentido (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2015).

própria Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948 (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2015). Muitas dessas organizações – com ênfase para a ONU e sua Declaração Universal dos Direitos Humanos – começaram a cristalizar a *democracia* como princípio a ser promovido e difundido na política internacional.

Para melhor compreender a construção de uma agenda internacional baseada no princípio da democracia, propõe-se um diálogo com as proposições teóricas do institucionalismo liberal, conforme mobilizado por Robert Keohane (1989). A perspectiva liberal-institucionalista concebe os Estados como atores racionais, que visam minimizar as incertezas do sistema internacional a partir da criação de instituições que facilitem a cooperação internacional (KEOHANE, 1989). Um ponto importante dentro desse marco teórico, portanto, é o papel atribuído às Organizações Internacionais (OIs). Segundo Keohane e Martin (1995, p. 42, tradução nossa⁵), “as instituições podem fornecer informações, reduzir custos de transação, tornar os compromissos mais críveis, estabelecer pontos focais de coordenação e, em geral, facilitar a operação de reciprocidade”. Dessa forma, elas criam um marco de referência unificado para que os Estados possam interagir e orientar suas ações (ABBOTT; SNIDAL, 1998; KEOHANE; MARTIN, 1995).

Nesse sentido, a democracia aparece como categoria central na busca por um denominador comum entre os Estados, visando o estabelecimento de regras e normas comuns entre eles (ABBOTT; SNIDAL, 1998). Isso pode ser visualizado na ideia de “coalização democrática” pensada por Buchanan e Keohane (2004). Em suma, de acordo com os autores, é necessário que haja uma lógica institucional pré-concebida pelos Estados democráticos para a governança global, de modo a assegurar que agendas de Estados despóticos não interfiram nos princípios basilares da política internacional de ordem liberal e democrática.

Nota-se essa prevalência dos valores democráticos na política internacional, por exemplo, no fato de 160 Estados serem signatários do *Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais* (1966) da ONU, que afirma o comprometimento dos signatários com o Estado de direito e a manutenção de regimes democráticos (MINGST, 2009). É interessante notar que o Pacto engloba Estados de diferentes regiões, com diferentes graus de aplicação do sistema democrático, mas compartilhando do mesmo compromisso em fortalecer a qualidade de suas democracias. Logo, é possível afirmar a existência

⁵ No original: “Institutions can provide information, reduce transaction costs, make commitments more credible, establish focal points for coordination, and in general facilitate the operation of reciprocity”.



de uma “coalização democrática”, ou seja, um arranjo normativo pré-estabelecido pelos Estados a fim de manter a ordem e estabilidade no sistema internacional por meio da manutenção de regimes democráticos nos Estados que o compõem (BUCHANAN; KEOHANE, 2004).

2. A Organização dos Estados Americanos (OEA) e seus princípios democráticos

2.1 A OEA e seu entendimento de democracia representativa

A Organização dos Estados Americanos (OEA) foi criada em 1948, como um esforço de inserção das Américas no sistema internacional pós-guerra (AYERBE, 2002). Desde sua constituição, a OEA possui quatro objetivos principais de atuação no continente americano: a segurança, o desenvolvimento, os direitos humanos e a democracia (OEA/CARTA DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1948). O conceito de democracia proposto pela organização é o de democracia representativa, sendo essa entendida como a melhor via para a manutenção da paz, estabilidade e o desenvolvimento dos países, bem como para a manutenção das relações diplomáticas entre os Estados-membros (OEA/AG/RES 1080, 1991).

É importante ter em conta que a adoção da democracia como princípio basilar da OEA se deu de maneira instrumental aos interesses dos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria⁶. Ao longo de suas primeiras décadas de atuação, a OEA apoiou sem restrições as manobras do governo estadunidense, mesmo que essas ações fossem contrárias aos princípios democráticos da organização (AYERBE, 2002). Nesse contexto, a OEA foi conivente com o fomento estadunidense a intervenções armadas e golpes militares, entre outras estratégias utilizadas pelos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1970 para impedir a instalação de governos socialistas alinhados à União Soviética na região (AYERBE, 2002; CHINCHILLA, 2019; FAGUNDES, 2010).

O contexto pós-Guerra Fria trouxe algumas mudanças na atuação da OEA. Essas mudanças, por sua vez, refletiram alterações no cenário internacional de modo geral a partir de fins da década de 1980 e inícios da década de 1990, com a consolidação dos EUA como ator hegemônico global e do capitalismo e

⁶ É importante sinalizar que a instrumentalização de OIs por parte dos Estados é uma visão pertencente à ótica Realista das Relações Internacionais (MINGST, 2009). Dito isso, é importante reconhecer que há uma limitação teórica por parte do Institucionalismo Liberal ao não considerar que as OIs, ao fomentarem e auxiliarem na cooperação entre Estados, também podem ser plataformas para o avanço de interesses de alguns Estados em detrimento de outros.

democracia como pilares de sustentação de uma nova ordem mundial liberal (MINGST, 2009). É nesse contexto que se percebe um movimento dos Estados a fim de que seja incorporada, cada vez mais veementemente, a democracia representativa como regime comum a todos os países. Segundo Levitsky e Leblatt (2018), no ano de 1985, havia 42 democracias em todo o globo, abarcando aproximadamente 20% de toda a população mundial. Mais tarde, já no ano de 2015, o número de países saltou para 103, com um aumento significativo de 56% da população mundial vivendo sob regimes democráticos (LEVISTKY; LEBLATT, 2018).

Dentro do que foi postulado, importa ressaltar que a mudança de paradigma na América Latina não se deu dentro de um vácuo político, mas sim como parte de uma conjuntura internacional específica e de pressões políticas domésticas também. De um lado, o contexto internacional de consolidação de uma ordem mundial liberal sob liderança dos Estados Unidos. De outro, um contexto regional marcado pela redemocratização de muitos Estados latino-americanos após décadas de ditaduras, de modo que as discussões sobre democracia estavam em evidência nos países da região (AYERBE, 2002).

Sendo assim, a partir de 1990 uma série de novos documentos foram redigidos no âmbito da OEA. Eles indicavam a formalização do compromisso, tanto da OEA enquanto organização quanto de seus Estados-membros, de se atentar a pautas consideradas substanciais para o funcionamento de um Estado democrático de direito. O primeiro documento foi o *Compromisso de Santiago com a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano*, copilado em uma Resolução da Assembleia Geral⁷ da OEA denominada *Democracia Representativa* (OEA/AG/RES 1080, 1991). Essa resolução, aprovada em Sessão Plenária de 5 de junho de 1991, contemplava a questão da democracia representativa e sua relevância para as Américas, indicando um comprometimento com o fortalecimento e desenvolvimento das instituições democráticas nos países da região (OEA/AG/RES 1080, 1991).

Visando aprofundar esse debate, um outro documento também foi aprovado posteriormente, sendo ele de grande interesse para a feitura dessa pesquisa: a *Carta Democrática Interamericana* (2001). Aprovada pelos Estados-membros durante uma Sessão Extraordinária da Assembleia Geral, realizada em 11 de setembro de 2001, em Lima, Peru, a *Carta Democrática Interamericana*

⁷ A Assembleia Geral é o principal órgão deliberativo, político e representativo da OEA. Nela, os representantes dos Estados-membros realizam a discussão multilateral de todo o espectro de questões internacionais abrangidas pela organização (HERZ; HOFFMAN; TABAK, 2015).

(2001) tinha como propósito fortalecer e preservar as instituições democráticas dos Estados das Américas.

A Carta define elementos essenciais da democracia, bem como sua relação intrínseca com o desenvolvimento integral e o combate à pobreza. Ao mesmo tempo, estabelece como a democracia deve ser defendida quando está sob ameaça; como deve ocorrer a sua promoção no sentido de gerar uma cultura mais democrática nos países; e, por fim, como devem ocorrer as missões de observação eleitoral em cada país (OEA/CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA, 2001). Dito isto, uma definição de democracia para os fins de atuação da OEA é apresentada no Artigo 3 da Carta:

São elementos essenciais da democracia representativa, entre outros, o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, o acesso ao poder e seu exercício com sujeição ao Estado de Direito, a celebração de eleições periódicas, livres, justas e baseadas no sufrágio universal e secreto como expressão da soberania do povo, o regime pluralista de partidos e organizações políticas, e a separação e independência dos poderes públicos (OEA/CARTA DEMOCRÁTICA INTERAMERICANA, Art. nº 3).

Assim, o regime democrático aos moldes da democracia representativa, ao ser uma diretriz consensualmente adotada pelos Estados-membros da OEA, reflete o compromisso coletivo que os governos devem ter para fortalecer e preservar a democracia representativa na região, conforme definida na Carta. Além disso, a *Carta Democrática Interamericana* atribui à própria OEA um importante papel na fiscalização e manutenção de regimes democráticos dentre seus Estados-membros. Posto isso, tem-se a concepção de democracia para a OEA. Cabe, nesse momento, colocar em pauta a capacidade da organização de fazer valer essa concepção entre os Estados das Américas⁸.

2.2 A arquitetura institucional de proteção da democracia da OEA

A OEA possui uma arquitetura institucional robusta e complexa no que tange à proteção da democracia em seus Estados-membros. Dentro da organização, há uma secretaria especificamente voltada para esse fim. Denominada de Secretaria para o Fortalecimento da Democracia (SFD), ela é uma

⁸ É importante reconhecer, como fazem Legler e Ríos (2018) e Ramírez (2011), que focar o estudo da defesa e manutenção da democracia nas Américas na atuação de somente uma instituição, como a OEA, é necessariamente uma simplificação. No caso da América do Sul, por exemplo, outras importantes organizações regionais – como MERCOSUL e UNASUL – possuem suas próprias cláusulas e mecanismos de proteção da democracia (respectivamente previstos no Protocolo de Ushuaia II e no Tratado de Brasília). Aqui, optou-se por um recorte analítico na OEA pela maior abrangência de seus mecanismos referentes à manutenção da democracia nos Estados-membros.

ala da organização que “concentra-se no reforço do papel da organização como principal fórum político do sistema interamericano e contribui ativamente para manter a democracia dos Estados-membros” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, s/p, 2020a). Dentro da Secretaria, está presente o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral, órgão de importante atuação no âmbito da organização.

Em suma, o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral pode ser descrito como um órgão de fiscalização de eleições nos Estados-membros. Sua atuação consiste em grande parte no envio de missões de acompanhamento de eleições. Nessas missões, os representantes da OEA se deslocam até os locais de votação para fiscalizar todo o procedimento com as autoridades locais, auxiliando nas urnas e também aos eleitores. Além dessa atuação mais direta, as Missões de Observação Eleitoral da OEA são também uma ferramenta de coleta e sistematização de informações sobre os processos eleitorais dos Estados-membros e sobre a própria atuação da organização (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, s/p, 2020b).

Além das Missões de Observação Eleitoral e fiscalização do cumprimento dos procedimentos democráticos, outro importante dispositivo da OEA é a sua Resolução 1080 (OEA/AG/RES 1080, 1991). Trata-se de um protocolo a ser seguido caso haja uma ruptura democrática em algum Estado pertencente à OEA. Essa resolução estabelece um procedimento padrão para a atuação da organização diante de uma eventual violação da ordem constitucional em algum de seus Estados-membros. Uma das ações possíveis, por exemplo, é a convocação pelo próprio Secretário-Geral da OEA – sob solicitação de qualquer Estado-membro – de uma reunião do Conselho Permanente⁹ da OEA, a fim de que haja uma deliberação sobre o caso e possíveis respostas a ele. Em seguida, cabe ao Conselho preparar propostas de incentivo à preservação e fortalecimento dos sistemas democráticos e informar a Assembleia Geral a respeito do documento, a fim de que este seja deliberado em Sessão Plenária (OEA/AG/RES 1080, 1991).

Desde sua incorporação no arcabouço normativo da OEA, a Resolução 1080 foi aplicada em seis casos. No Haiti, quando o presidente Bertrand Aristide foi derrubado em 1991; no Peru sob o governo Fujimori em 1992; na Guatemala, quando o Presidente Serrano decretou, em maio de 1993, a suspensão da

⁹ Um Conselho Permanente, em especial da OEA, é constituído por um representante permanente de cada Estado-membro. Em linhas gerais, a função do Conselho é executar as decisões da Assembleia Geral da OEA e servir como um fórum político de discussão (HERZ, HOFFMAN, TABAK, 2015).

Constituição e o fechamento do Congresso; no Paraguai, em 1996; em Honduras, com a deposição do presidente Manuel Zelaya, em 2009; no Paraguai novamente, em 2012, em virtude da crise constitucional atrelada à deposição de Fernando Lugo; e, por fim, na Venezuela em 2016 (RAMOS, 2002; LACERDA; FREITAS, 2018; LEGLER; RÍOS, 2018).

A ativação dos mecanismos de proteção da democracia da OEA é frequentemente acompanhada de importantes controvérsias e debates políticos (LEGLER; RÍOS, 2018). A exemplo disso, menciona-se, por exemplo, a referida atuação em Honduras a partir de 2009 (LACERDA; FREITAS, 2018), bem como o recente caso da Missão Eleitoral na Bolívia cuja atividade culminou na deposição do presidente eleito Evo Morales (ZICCARDI, 2020). Outro exemplo emblemático de atuação (ou, como se argumenta, inação) dos mecanismos de proteção da democracia da OEA diz respeito à crise política deflagrada na Venezuela a partir de 2016, que será analisada na seguinte seção.

3. Estado versus Organização: a atuação da OEA na Venezuela

A Venezuela é um epicentro dos debates e controvérsias sobre democracia e direitos humanos na América Latina contemporânea. Segundo recente relatório da organização não-governamental *Freedom House*¹⁰, “as instituições democráticas se deterioraram desde 1999, mas as condições das mesmas pioraram acentuadamente nos últimos anos devido à concentração contínua de poder no executivo e à repressão mais dura à oposição” (FREEDOM HOUSE, 2019, s/p). Nesse sentido, a Venezuela tem sido palco de atuações da OEA desde o início da década de 1990. A escolha do país como Estudo de Caso dessa pesquisa, portanto, se dá em virtude da presença de longo prazo da OEA no país. Apesar dessa atuação duradoura, a OEA não demonstrou resultados e soluções efetivas para as pendências na Venezuela, fazendo com que a sua presença no país se tornasse um ponto de questionamento nesse trabalho. Tendo isso em vista, se faz necessário indagar: *como o entendimento de “democracia” e a arquitetura institucional para a sua proteção têm sido aplicados pela OEA na gestão das crises venezuelanas?*

Uma discussão nesse sentido exige, em primeiro lugar, uma breve contextualização dos recentes ciclos políticos experienciados no país. Para tanto,

¹⁰ A *Freedom House* é uma organização sem fins lucrativos sediada em Washington, Estados Unidos. O trabalho da organização inclui a realização de pesquisas e elaboração de relatórios sobre a situação dos direitos humanos, democracia, Estado de direito e liberdade de imprensa ao redor do mundo, visando denunciar governos que violem algum desses princípios (FREEDOM HOUSE, 2021).

opta-se por um recorte a partir do ano de 1989. Em 27 de fevereiro daquele ano, teve início o *Caracazo*, grande movimento de protesto das massas urbanas da capital venezuelana contra ajustes econômicos neoliberais propostos pelo governo da época, de Carlos André Pérez (FUKUSHIMA, 2009). Os protestos encontraram dura repressão pelo aparato coercitivo do Estado, o que causou indignação popular e a difusão dos protestos para escala nacional (ibidem). Como parte dos desdobramentos dessa crise, houve uma tentativa de golpe de Estado protagonizada pelo então tenente-coronel das Forças Armadas, Hugo Chávez, já no ano de 1992. Trata-se de um evento de grande importância para esse artigo, posto que marca o primeiro momento de tensão entre a OEA e o Estado venezuelano (FUKUSHIMA, 2009).

Na ocasião, o Conselho Permanente da OEA emitiu uma resolução de apoio ao governo venezuelano e em retaliação a qualquer tipo de insurreição armada contra o governo (OEA/CP/RES 576, 1992). Na sequência, o Secretário-Geral da OEA e o presidente do Conselho Permanente salientaram o seu apoio ao governo legitimamente instaurado e o compromisso coletivo com a democracia representativa no país e região (BASTOS; OBREGÓN, 2018; SOUSA, 2007). Contudo, cerca de uma década depois, a Venezuela se encontrou novamente em dilema semelhante com a OEA.

Em 1998, Hugo Chávez foi democraticamente eleito presidente da Venezuela. Logo na sequência de sua posse, Chávez convocou uma Assembleia Constituinte responsável por redigir uma nova Carta Magna, correspondendo ao novo contexto no qual o país estava inserido em 1998. Desse processo resultou a Constituição de 1999, que se apresentava de caráter revolucionário (FUKUSHIMA, 2009; SEVERO, 2009). Nela, tanto as capacidades de ingerência estatal quanto o poder concentrado no Executivo foram aumentados. Ademais, foram introduzidos diversos mecanismos de participação democrática direta, que não estavam presentes na Constituição anterior (ibidem). Junto à ampliação da participação democrática, veio um conjunto de políticas sociais robustas, com ênfase para as “missões” de atendimento de saúde e alfabetização enviadas para as regiões mais socioeconomicamente vulneráveis do país (SEVERO, 2009). Em virtude dessas ações, pode-se afirmar que os primeiros anos do governo Chávez foram de grande apoio popular e de muitos avanços sociais, com iniciativas de intensificação e radicalização da própria democracia e rupturas com os acordos entre elites econômicas que marcaram as décadas anteriores da vida política no país (FUKUSHIMA, 2009; SEVERO, 2009).

Não obstante, no decorrer dos anos do governo Chávez, surgiu um movimento organizado de oposição visando a destituição do presidente: o grupo *Coordinadora Democrática* (CD). A CD era um grupo de partidos políticos e organizações da sociedade civil da Venezuela que se opunham ao presidente Hugo Chávez, incluindo a federação empresarial *Fedecámaras*¹¹ e a federação sindical *Confederación de Trabajadores de Venezuela* (CTV) (FUKUSHIMA, 2009). Fundado em 5 de julho de 2002, o grupo esteve envolvido na organização de uma greve nacional que perdurou de dezembro de 2002 até janeiro de 2003 (ibidem). Enquanto a CD pressionava o Conselho Nacional Eleitoral pela realização de um referendo acerca da permanência de Hugo Chávez no poder, foi instalada uma mesa de negociações entre a CD e a OEA a fim de encontrar saídas diplomáticas frente à crise que se instalava (COOPER; LEGLER, 2005).

Essa mediação, em suma, foi feita com base em reuniões e negociações envolvendo todas as partes em conflito. Nesse sentido, a *Mesa de Negociación y Acuerdos* estabelecida por iniciativa da OEA consistiu em um “fórum envolvendo os principais atores políticos do governo, da oposição e da sociedade civil, promovendo um esforço coletivo sustentado para negociar uma solução consensual e pacífica para a crise política” (COOPER; LEGLER, 2005, p. 427, tradução nossa¹²). Trata-se, portanto, de uma atuação dentro dos parâmetros previstos nos acordos e tratados firmados no âmbito da Organização e dos quais a Venezuela é Estado signatário (COOPER; LEGLER, 2005).

De acordo com as autoras Herz, Hoffman e Tabak (2015) a mediação é uma estratégia utilizada “quando uma terceira parte contribui para a resolução de conflitos por meio da comunicação, apoio às negociações e, às vezes, propondo soluções” (HERZ; HOFFMAN; TABAK, p. 17, 2015). Essa foi uma maneira que a OEA encontrou de articular a divergência de interesses entre o governo da Venezuela e os grupos opositores a Chávez. Assim, a OEA propôs cursos de ação que minimizassem a escalada de conflitos internos, sugerindo que os opositores utilizassem outras vias de atuação que não a tentativa de destituição do presidente (COOPER; LEGLER, 2005). De acordo com Cooper e Legler (2005), a *Mesa* instituída pela OEA consistiu assim em uma modalidade suave de intervenção,

¹¹ A *Fedecámaras* é composta por 14 grupos comerciais: bancos, agricultura, comércio, construção, energia, manufatura, mídia, mineração, pecuária, seguros, transporte, turismo, imobiliário e telecomunicações. Nesse sentido, entende-se que o *Fedecámaras* representa as empresas de pequeno, médio e grande porte na Venezuela (FUKUSHIMA, 2009).

¹² No original: “a forum involving key domestic political actors from government, opposition, and civil society in a sustained collective effort to negotiate a consensual and peaceful solution to the political crisis”.

uma espécie de ‘intervenção sem intervenção’, favorecendo o diálogo e sugerindo soluções, mas sem decorrer em ingerências políticas no Estado venezuelano.

Um elemento importante a ser ressaltado na análise é que, em meio a esse contexto, a política externa do governo Chávez tinha um posicionamento notavelmente crítico à OEA, acusando-a de instrumento para os interesses estadunidenses e propondo mecanismos alternativos de integração regional, sem a presença estadunidense, como a UNASUL, a ALBA e a CELAC (BLANCO; LINARES, 2008). Segundo Chávez, os dispositivos do Sistema Interamericano, como a Assembleia Geral da OEA e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), atendiam somente aos interesses dos EUA (ibidem). A estratégia da política externa venezuelana para a região, em suma, consistia em criar espaços alternativos de cooperação e concertação diplomática, visando contornar a presença dos EUA e da OEA, vistos como forças de ingerência política e intervenção (BLANCO; LINARES, 2008; VASCONCELLOS, 2009). É importante ressaltar, ainda, que essa política externa foi implementada com grande protagonismo de Nicolás Maduro, que ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores de 2006 a 2012, quando foi nomeado Vice-Presidente do país (CARMO, 2013).

Após a morte de Chávez, em 2012, Nicolás Maduro ocupou interinamente o cargo de Presidente da República, para o qual foi efetivamente eleito em 2013 (CARMO, 2013). Contudo, o governo Maduro foi desde o seu princípio bastante contestado por movimentos populares de oposição. Ainda no início de 2014, uma série de protestos se espalhou pelo país. De acordo com reportagens veiculadas pela mídia brasileira, às quais se somam as análises de Gamboa (2016) e Araújo e Silva (2018), os protestos se voltavam contra uma série de questões problemáticas em curso na Venezuela: insegurança pública, inflação em alta, desabastecimento de itens básicos, apagões energéticos, entre pautas semelhantes. Aqui, importa ressaltar que houve dura repressão policial aos protestos, resultando inclusive na morte de manifestantes (ibid.).

Nessa crise, a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) desempenhou um papel de mediação mais proeminente que a OEA, à qual coube um papel secundário. Em certa medida, isso reflete uma maior simpatia do governo da Venezuela com relação à UNASUL, acompanhada de críticas severas que marcaram os discursos de Chávez sobre a atuação da OEA (COOPER; LEGLER, 2005; LEGLER; RÍOS, 2018). Por conseguinte, nas eleições de 2015, a UNASUL foi a única instituição internacional que enviou uma missão de acompanhamento às eleições parlamentares da Venezuela. Na ocasião, o

Conselho Nacional Eleitoral (CNE) venezuelano rejeitou uma proposta de envio de missão pelo Departamento de Observação e Cooperação Eleitoral da OEA. Em contrapartida, o à época Secretário-Geral da OEA, Luís Almagro, solicitou relatórios denunciando os déficits eleitorais da Venezuela, buscando justificar a importância da presença da OEA no país (ARAÚJO; SILVA, 2018; GAMBOA; 2016). A recusa de presença da OEA indica que, além de crises internas, o governo Maduro também se inseria em crises com organizações internacionais.

O ano de 2016 representou um ponto de inflexão tanto no ambiente interno quanto no externo envolvendo o Estado venezuelano. De um lado, a queda do preço do petróleo – principal matriz econômica da Venezuela – no mercado internacional deflagrou uma crise econômica generalizada no país (ARAÚJO; SILVA, 2018). Segundo Gamboa (2016, p. 63), “em 2015 a inflação atingiu 181% e, no final de 2016, o PIB chegou a ser reduzido em até 5,7%”. De outro lado, tensões emergiram nas relações da Venezuela com países vizinhos, com ênfase para o conflito fronteiriço empreendido com a Colômbia entre 2015 e 2016 (LEGLER; RÍOS, 2018). Diante dessa situação, acrescenta-se ainda outra dimensão problemática para a Venezuela: um período de estagnação da UNASUL que, portanto, não se mobilizou para mediar a crise venezuelana (ibid.). Com isso, abriu-se espaço para que a OEA ganhasse um protagonismo maior diante dos desafios enfrentados pela Venezuela a partir de 2016.

Isto posto, é importante apontar que entre os anos de 2016 e 2017, houve forte deterioração da situação social, política e econômica da Venezuela, chegando a configurar uma situação de emergência humanitária, inclusive com a intensificação de fluxos migratórios para os países vizinhos (GAMBOA, 2016; LEGLER; RÍOS, 2018). Além da já referida crise econômica, esse período foi marcado por fortes denúncias de ingerência do governo Maduro sobre os Poderes Legislativo e Judiciário, bem como de supostas fraudes eleitorais e prisão de opositores ao governo (FREEDOM HOUSE, 2019). O estopim da crise política se deu em 2017, quando, ao perder maioria na Assembleia Legislativa Nacional, o governo instaurou por decreto presidencial (de modo contrário à Constituição) uma Assembleia Nacional Constituinte, composta por maioria governista, que substituiu o Parlamento por tempo indeterminado (GAMBOA, 2016; LEGLER; RÍOS, 2018; FREEDOM HOUSE, 2019).

Diante dessa paulatina deterioração da democracia venezuelana, a OEA se posicionou de maneira mais contundente. Ainda no início de 2016, o Secretário-Geral da OEA Luís Almagro emitiu nota contra acusações feitas pelo governo Maduro à sua atuação na organização (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS

AMERICANOS, 2016). Poucos meses depois, de maneira inédita na história da organização, houve a invocação da *Carta Democrática Interamericana* e, consequentemente, da *Resolução 1080*. Luís Almagro, em 31 de maio de 2016, foi então “o primeiro Secretário-Geral a invocar a Carta, o qual foi acompanhado pela emissão de um relatório crítico abrangente sobre a situação democrática na Venezuela” (LEGLER; RÍOS, p. 174, 2018, tradução nossa¹³). A invocação da *Carta Interamericana* veio acompanhado de reunião do Conselho Permanente para debater a questão. Em meio a esse clima de estremecimento nas relações entre Venezuela e OEA, contudo, o Conselho Permanente não logrou chegar a um acordo definitivo sobre como a organização deveria se posicionar frente à situação no país¹⁴ (LEGLER; RÍOS, 2018).

Apesar da incapacidade de chegar a uma decisão oficial sobre como lidar com a crise venezuelana, a OEA seguiu se posicionando a respeito da situação na Venezuela. Além da carta crítica emitida por Luís Almagro em 2016, em 2018 a Secretaria-Geral da OEA enviou uma série de especialistas à Venezuela para a elaboração de uma avaliação sobre a situação dos direitos humanos no país, visando averiguar que crimes contra a humanidade poderiam ter sido cometidos pelo governo Maduro (HUMAN RIGHTS WATCH, 2018; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2019).

A despeito das críticas internacionais, em 10 de janeiro de 2019, Nicolás Maduro foi empossado como presidente para um novo mandato ao qual fora eleito. Após a sua posse, questionamentos sobre as eleições foram levantados por importantes organizações de direitos humanos, tais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), em virtude de terem notado que as condições mínimas para eleições livres não haviam sido cumpridas no país naquele ano (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2019). Além disso, segundo relatório da *Freedom House* de 2019, houveram denúncias de iniciativas governamentais de intimidação dos eleitores (FREEDOM HOUSE, 2019).

¹³ No original: “Almagro (31 mayo de 2016), primer Secretario General en invocar la Carta, lo cual estuvo acompañado de la emisión de un amplio informe crítico sobre la situación democrática en Venezuela”.

¹⁴ É importante ressaltar que, posteriormente, outros mecanismos regionais foram ativados para lidar com a crise venezuelana. Um exemplo é o Grupo de Lima, fundado em 2017 por 12 países latino-americanos (inicialmente: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Paraguai e Peru), visando especificamente negociar uma solução democrática para a crise venezuelana (MRE, 2017).

Diante desse cenário de contestações ao resultado eleitoral, o presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, o deputado Juan Guaidó, do partido *Voluntad Popular*, refutou a legitimidade de Nicolás Maduro ao cargo. Em seguida, o deputado convocou uma marcha nacional em 23 de janeiro do mesmo ano, anunciando que assumiria como presidente interino da Venezuela (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019). Desde então, foi formada uma coalizão internacional reconhecendo o deputado como presidente legítimo da Venezuela. Dentre os atores internacionais que reconheceram Guaidó, destacam-se o governo dos Estados Unidos, a União Europeia e o Grupo de Lima (AMNESTY INTERNATIONAL, 2019). De maneira paradigmática, a OEA também se manifestou, formalizando a sua posição contrária ao resultado das eleições e demonstrando o seu apoio ao Grupo de Lima e aos demais Estados reconhecedores do governo de Guaidó (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2019).

À luz dos elementos explorados nessa seção, tem-se um estremecimento das relações entre a OEA e a Venezuela desde o governo Chávez. De um lado, o governo Chávez assumiu uma postura de política exterior contrária à atuação da OEA, vista como prócere de interesses estadunidenses no continente americano. De outro lado, a OEA teve uma atuação oscilante frente às sucessivas crises ocorridas na Venezuela – por vezes assertiva na proteção da democracia, como na Mesa de Negociação em 2002; por vezes errática, como no apoio à autodeclaração à presidência de Juan Guaidó, mesmo sem que este tenha sido oficialmente eleito para o cargo.

Nota-se assim uma evidente divergência, por parte do governo venezuelano, em relação ao comportamento do organismo regional, dificultando a ação da OEA no Estado. Ao mesmo tempo, também por seu próprio histórico de ações e omissões com relação à Venezuela, percebe-se uma OEA cada vez mais distanciada da situação do país. O crescente distanciamento entre a organização e o Estado é um agravante para a atual situação de crise na Venezuela, que passa não somente pela qualidade da democracia, mas também por uma série de debilitações sociais, econômicas e humanitárias. Um conjunto de desafios, enfim, que exige esforços multilaterais para que possam ser democraticamente superados.

Considerações Finais

No artigo, argumentou-se que a democracia representativa é um dos pilares da ordem internacional contemporânea, e que as Organizações Internacionais (OIs) possuem um papel fundamental na difusão e proteção de instituições democráticas em seus Estados-membros. Nesse sentido, destacou-se a atuação da OEA, organização regional americana que possui uma ampla e complexa arquitetura institucional especificamente voltada para a proteção da democracia de seus signatários. Inclui-se nessa arquitetura a Secretaria para o Fortalecimento da Democracia (SFD), o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral, a Carta Democrática Interamericana e a Resolução 1080.

Segundo Abbott e Snidal (1998), há dois pontos importantes para pensar na eficácia de organizações internacionais. O primeiro deles é a *clareza nas normas de interação*, que fornece previsibilidade para os Estados-membros referente aos protocolos e cursos de ação. O segundo é a *resposta rápida*, referente à atualização dos protocolos diante de situações de controvérsia e de rápidas mudanças contextuais. Na análise proposta no artigo, nota-se que a arquitetura institucional da OEA para a proteção da democracia traz elementos de *clareza nas normas de interação*, principalmente no que tange à expectativa de que seus Estados-membros preservem regimes democráticos, com sanções previstas para casos de ruptura com a ordem democrática. Contudo, a organização ainda se mostra consideravelmente ineficaz em termos de *resposta rápida*, como se nota na falta de celeridade e contundência na resposta à deterioração do regime democrático venezuelano.

Assim, como afirmam Legler e Ríos (2018), é improvável que uma organização consiga agir sozinha na promoção e proteção da democracia no continente americano. O Estudo de Caso da Venezuela apresentado no artigo, nesse sentido, indica que mesmo a OEA obtendo uma arquitetura específica voltada para essa questão, não foi capaz de cumprir com as suas próprias diretrizes adequadamente, notadamente as estabelecidas no Art. nº 2 de sua Carta: “promover e consolidar a democracia representativa, respeitado o princípio da não-intervenção” (OEA, 1948, s/p). De um lado, a organização evitou ações contundentes para impedir a deterioração democrática da Venezuela, como na ocasião da imobilidade perante à convocação inconstitucional de nova Assembleia Constituinte por Maduro em 2017. De outro lado, se posicionou de maneira intervencionista em defesa do reconhecimento de um líder político não-eleito como presidente *de facto* da Venezuela, no caso do apoio a Juan Guaidó em 2019.

Logo, a Venezuela, como Estudo de Caso analisado neste trabalho, se configura como um exemplo dentre muitos da falta de capacidade e coordenação da OEA para prover recursos necessários aos Estados-membros em situações de crise democrática, como a encontrada no Estado venezuelano. Os elementos levantados no texto tornam difícil antever uma saída democrática para a crise venezuelana por intermédio exclusivo da Organização dos Estados Americanos.

Não obstante, como se sustentou na primeira seção deste artigo, o multilateralismo e a cooperação são elementos essenciais para a manutenção e proteção da democracia no cenário internacional. Nesse sentido, o multilateralismo e a solução negociada são uma via inevitável para a Venezuela, e de fato existem outros espaços e iniciativas de concertação regional e internacional que podem ser melhor explorados para mediar a retomada e fortalecimento democrático no país. Assim, até que se alcance um ponto conciliador entre ambas as partes em disputa na Venezuela, é possível que surjam outros atores a fim de apaziguar e conter os espaços deixados pela OEA, gerando uma cooperação que atualmente não é possível ser construída a partir deste organismo regional.

Referências Bibliográficas

ABBOTT, Kenneth; SNIDAL, Duncan. Why states act through formal international organizations. **The Journal of Conflict Resolution**, v. 42, n. 1, 1998.

AMNESTY INTERNATIONAL. **Hunger for Justice: Crimes Against Humanity in Venezuela**, 2019. Disponível:
<https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR5302222019ENGLISH.PDF>. Acesso em 17 de jul. 2020.

ARAÚJO, Byanka Caetano de; SILVA, Vitória Rodrigues. Os desdobramentos e impactos da Crise Política Venezuelana. **Blog Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, 21 de nov. 2018. Disponível em:
<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2018/11/21/a-crise-venezuelana-desde-o-governo-de-chavez-ate-o-cenario-atual/>. Acesso em: 4 abr. 2020.

AYERBE, Luís Fernando. **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo, Editora UNESP. 2002.

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? **Derecho y Cambio Social**, Espírito Santo, v. 5, n. 4, p. 3-16, mai. de 2018.

BBC NEWS BRASIL (via Reuters). Protestos pressionam governo na Venezuela. **BBC Brasil**, 17 de fevereiro de 2014. Disponível em:

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/02/140217_protestos_venezuela_entenda_cc. Acesso em 30 de abr. 2021.

BLANCO, Ronald; LINARES, Rosalba. Chávez en la política exterior venezolana: (ALCA vs ALBA) de la democracia representativa a participativa. **Aldea Mundo**, v. 13, n. 26, p. 49-58, 2008.

BUCHANAN, Allen; KEOHANE, Robert O. The Preventive Use of Force: A Cosmopolitan Institutional Proposal. **Ethics and International Affairs**, Cambridge, v. 18, n. 1, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: Para uma teoria geral da política. 4 Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1987.

BOEHS, Carlos Gabriel Eggerts; MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine F. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. **Revista da FAE**, v. 11, n. 1, p. 95-110, jan./jun., 2008.

CARMO, Corival Alves do. O ciclo eleitoral venezuelano, 2012-2013: Notas sobre a conjuntura. **Revista Conjuntura Austral**, v. 4, n. 17, mai. de 2013.

CAVALLAR, Georg. Kantian perspectives on democratic peace: alternatives to Doyle. **Review of International Studies**, v. 27, n. 2, p. 229-248, 2001.

COOPER, Andrew F.; LEGLER, Thomas. A Tale of Two Mesas: the OAS defense of democracy in Peru and Venezuela. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**, 2005, vol. 11, no 4, p. 425-444.

CHINCHILLA, Laura. **Democracia, Liderança e Cidadania na América Latina**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

DAHL, Robert. **Um prefácio a teoria democrática**. 2 Ed. Brasil: Editora Zahar, 4 de fevereiro de 1996.

DOYLE, Michael W. A more perfect union? The liberal peace and the challenge of globalization. **Review of International Studies**, v. 26, n. 5, p. 081-094, 2000.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) nas crises políticas contemporâneas. **Revista Meridiano 47**, v. 11, n. 117, abr. 2010, p. 30-32.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World**, 2020. Country: Venezuela. Overview, 2019. Disponível em: <https://freedomhouse.org/country/venezuela/freedom-world/2020>. Acesso em: 6 mai. 2021.

FREEDOM HOUSE. **Freedom in the World**, 2021. About Us: Our Research. Disponível em: <https://freedomhouse.org/about-us>. Acesso em: 06 de maio de 2021.

FUKUSHIMA, Kátia Alves. **O Governo Chávez e a luta pelo poder na Venezuela: uma análise dos setores políticos em conflito**. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2009.

GAMBOA, Laura. A crise da democracia: Venezuela: aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia? **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**, Brasil, v. 4, n. 52, p. 55-66, dez. 2016.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro; TABAK, Jana. **Organizações Internacionais: Histórias e Práticas**. 2. Ed. Brasil, Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

HOBBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções**. São Paulo, Editora Paz & Terra. 2012.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Venezuela**. Relatório Mundial de 2019: Principais atores internacionais, 2018. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2019/country-chapters/325542#dcd67b>. Acesso em 29 de abr. 2021.

KEOHANE, Robert O; MARTIN, Lisa L. Martin. **The Promise of International Institutions**. Editor: The MIT Press, vol. 20, n. 1, 1995, pp. 39-51.

KEOHANE, Robert O. **International Institutions and State Power**. Editor: United States of America Westview Press, Colorado, 1989.

LACERDA, Jan Marcel de Almeida Freitas; FREITAS, Jeane Silva de. A atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e de sua burocracia internacional na defesa da democracia no continente americano. **Sociologia e Cultura**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 176-194, jul./dez. 2018.

LEGLER, Thomas; RÍOS, Ornela Garelli. La protección de la democracia ante la crisis venezolana: los límites del nexo hemisférico-regional de gobernanza en las Américas. **Pensamiento Propio**, 2018, vol. 23, p. 159-185.

LEVITSKY, Steven; LEBLATT, Daniel. **Como As Democracias Morrem**. 1. ed. São Paulo: Zahar, 2018.

MAFFEZZOLLI, Eliane Cristine F.; BOEHS, Carlos Gabriel Eggerts. Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa. **Revista da FAE**, v. 11, n. 1, 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL (MRE). Imprensa: Notas à Imprensa. **Declaração do Grupo de Lima**, 2017. Brasil: 23 de nov. de 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-do-grupo-de-lima-1. Acesso em: 15 mai. 2020.

MINGST, Karen A. **Princípios de Relações Internacionais**. Rio de Janeiro, Editora Elsevier. 2009.

O GLOBO (Portal de notícias). Confronto em protesto de estudantes deixa 21 feridos. **O Globo**, 05 de abril de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/confronto-em-protesto-de-estudantes-deixa-21-feridos-na-venezuela-21167280>. Acesso em 30 de abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – Assembleia Geral. **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**. [16 de dezembro de 1966] Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20os%2>

ODireitos%20Econ%C3%B3micos,%20Sociais%20e%20Culturais.pdf. Acesso em: 19 de abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta da Organização dos Estados Americanos**. [21 de abril de 1948]. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/q.carta.oea.htm>. Acesso em 29 de abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – Portal Oficial. **Sobre a OEA: Nossa Estrutura: Secretaria para o Fortalecimento da Democracia (SFD)**. 2020a Disponível em: <https://www.oas.org/pt/sobre/sap.asp>. Acesso em 05 de nov. 2020

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Carta Democrática Interamericana**. [11 de setembro de 2001]. Disponível em: http://www.oas.org/OASpage/port/Documents/Democractic_Charter.htm. Acesso em: 10 de nov. 2019

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – Assembleia Geral. **Resolução 1080: Democracia Representativa**. Aprovada na quinta sessão plenária, realizada em 5 de junho de 1991. OEA. Disponível em: http://www.oas.org/XXXIIGA/portugues/documentos/democracia_repres.pdf. Acesso em: 09 de jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – Assembleia Geral. **Resolução 576: Apoio à Democracia na Venezuela**. Aprovada na primeira sessão plenária, realizada em 18 de abril de 2002. OEA. Disponível em: http://www.oas.org/xxxiiga/portugues/documentos/resolucionag_venezuela.htm. Acesso em: 06 de jul. 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – Portal Oficial. **Missões: Base de Dados de Missões de Observação Eleitoral e Recomendações**. 2020b. Disponível em: <http://www.oas.org/eomdatabase/moelInfo.aspx?Lang=es&Id=415>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – Centro de Mídia. **Notas à Imprensa**. Conselho Permanente da OEA concorda em "não reconhecer a legitimidade do novo mandato de Nicolas Maduro", 10 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.oas.org/en/media_center/press_release.asp?sCodigo=E-001/19. Acesso em: 15 mai. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – Centro de Mídia. **Comunicados de Imprensa**. Diante do início de um novo mandato, a CIDH alerta sobre o agravamento da debilitação do estado de direito na Venezuela, 9 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2019/005.asp>. Acesso em 06 de maio 2021.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – Portal Oficial. **Mesa de Negociação e Acordos**, 7 de novembro de 2002. Disponível: http://www.oas.org/OASpage/eng/Venezuela2002_Negocia.htm. Acesso em 15 de jul. 2020.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS – Secretaria-Geral. **Carta de Luis Almagro al Presidente Nicolás Maduro por decisión del TSJ**, 12 de janeiro de 2016. Disponível em: <https://es.scribd.com/doc/295276844/Carta-de-Almagro-a-Maduro-por-decision-del-TSJ>. Acesso em 29 de abr. 2021.

RAMÍREZ, Lautaro. **Legal Instruments that Safeguard Democracy in the Americas**, 2011. Disponível em: <https://www.oas.org/en/americas/pdf/2011/aug/charter.pdf>. Acesso: 11 de jul. 2020.

RAMOS, Eira. Democracia de la tercera ola en América Latina y el Papel de la OEA. **Revista Venezolana de Análisis de Coyuntura**, 2002, vol. 8, no 1, p. 65-98.

SARTORI, G. **A teoria da democracia revisitada: O debate contemporâneo**. São Paulo, Editora Ática. 1987.

SEVERO, Luciano Wexell. Venezuela: los diez años de gobierno Chávez y el desafío de “sembrar el petróleo”. **OIKOS**, Rio de Janeiro, 2009, v. 8, n. 1.

SOUSA, Helena Massote de Moura. **A Organização dos Estados Americanos e o compromisso coletivo com a democracia representativa Do Compromisso de Santiago à Carta Democrática Interamericana**. 2007. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2007.

VASCONCELLOS, Vinícius Vargas. **O governo Hugo Chávez e a política externa venezuelana no continente americano**. 2009. Monografia (Bacharelado) – Programa de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política**. 14. ed. São Paulo: Editora Ática, 1995.

ZICCARDI, Natalia Saltalamacchia. La OEA en la elección presidencial de Bolivia: problemas de credibilidad. **Fundação Carolina**, 2020, n. 13. Disponível em: <https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2020/04/AC-13.2020.pdf>. Acesso 26 mai. 2021.